Uma vez que as sociedades actuais se traduzem num sistema de poder constituído, essencialmente, pelo Estado burocrático e uma vez que na U.R.S.S. o Estado é o partido, o autor analisa com particular atenção o partido comunista, enquanto órgão de poder, quer nas suas relações com a Constituição e com as organizações sociais existentes, tais como os sovietes e os sindicatos, quer na sua estrutura e nas suas funções. E o partido aparece, assim, como uma burocracia dotada de regras impessoais e pormenorizadas, controlando, através dos seus membros, todo o conjunto da administração económica, social e política e governando, por conseguinte, o país através dos seus próprios órgãos e não por intermédio dos sovietes. Deste modo se estabeleceu na U.R.S.S. um novo regime de exploração, dando origem ao nascimento duma oligarquia que, tendo nas mãos a gestão dum enorme capital, expropria política e econòmicamente a classe proletária.

Tendo-se apropriado do poder num país onde o Estado é proprietário dos principais meios de produção, a burocracia criou uma situação nova a que correspondem também problemas novos, o maior dos quais diz respeito à possibilidade de gestação de movimentos revolucionários ou, pelo contrário, à capacidade integradora do sistema burocrático, reforçado pelas próprias «disfunções». A verificar-se a segunda hipótese isso significaria o fim da revolução que pretendeu estabelecer na U.R.S.S. a ditadura do proletariado, e poderia implicar, até, problemas de natureza teórica, uma vez que toda a acção pede uma organização e que toda a organização gera uma burocracia.

Pierre NAVILLE detém-se no exame das influências que a burocracia, sob a forma de partido único e totalitário, exerceu no domínio jurídico, onde o direito não é produzido pelo povo mas constitui um subproduto do poder político do Partido. Examina, em seguida, a influência da burocracia nos domínios das relações económicas e das relações sociais, procurando não só determinar os factores específicos da burocracia como sistema de organização, mas também o poder de decisão exercido pela burocracia nesses domínios. Analisa, ainda, a natureza dos principais conflitos que a burocracia moderna terá de vencer, para sobreviver, já que muitos a consideram como um mal inevitável.

Finalmente, NAVILLE procura examinar o problema da evolução possível do socialismo burocrático de Estado. É evidente que os sistemas burocráticos se modificam. Mas, no caso do socialismo burocrático de Estado, essa modificação só poderá fazer-se no sentido duma evolução mais ou menos abalada por crises de maior ou menor gravidade, ou pode prever-se a possibilidade dum *movimento revolucionário* que ponha em causa o poder burocrático, como poder político dominante? Uma revolução na U.R.S.S., a fazer-se, poderá ter o significado duma contra-revolução social, ou seja, do *retorno à propriedade privada dos meios de produção?* Ou, pelo contrário, poderá significar a *abolição do salariato e do mercado,* o estabelecimento duma pluralidade de partidos, a *devolução do poder aos sovietes?*

Não se pode negar a pertinência destas perguntas, mas nem sempre as respostas fornecidas por Pierre NAVILLE se fazem notar pela sua coerência e clareza.

António Teixeira de Sousa

REICHE, Reimut — *Sexualité et lutte de classes* — Maspero, Paris 1971, 175 pp.

Sexualité et lutte de classes, obra escrita em 1967-68, surge como documento do *movimento antiautoritário* e da *Teoria Crítica* da escola de Francfurt, acusando insuficiências teóricas e conclusões políticas imprecisas que o próprio autor reconhece no posfácio da edição presente.

A sua análise da sexualidade na civilização capitalista monopolista, pretende aplicar o materialismo histórico, mas fá-lo utilizando os métodos da *teoria crítica,* a qual «para desenvolver a noção de falsa consciência (tendo em conta o aspecto psíquico desta noção) se apoia não tanto numa análise das relações de produção em causa ou das formas correspondentes da dependência do trabalho relativamente ao capital mas, sobretudo, numa reflexão que parte da interpretação das relações entre existência e consciência e fica confinada, quase exclusivamente, à

história das teorias». As formas colectivas de desenvolvimento da consciência das necessidades aparecem deduzidas das manifestações da esfera do consumo, perdendo-se a relação — essencial seguindo o materialismo histórico — com o processo de produção e dissolvendo-se «o elo entre aquelas formas colectivas e a situação de classe». Também no posfácio, o autor confessa a incapacidade teórica de transpor as categorias da psicanálise para o quadro do materialismo histórico, aparecendo a sua tentativa como mais uma das que não lograram definir claramente «uma terminologia quanto ao ponto nodal psíquico das relações entre situação de classe e consciência de classe».

Dentro destas limitações e contradições, *Sexualité et lutte de classes* procura as modificações por que vem passando a sexualidade, sublinhando a sua *integração manipuladora* nas sociedades capitalistas avançadas. A relação entre trabalho, consumo e sexualidade atravessa várias mudanças na passagem do capitalismo inicial para o capitalismo avançado. O sistema de produção capitalista vai exigir um princípio de rendimento que, uma vez interiorizado num dado «carácter social», impõe restrições específicas à sexualidade que, tal como as outras formas de actividade humana, é avaliada pela sua possibilidade de utilização no processo produtivo e medida em termos de valor de troca (significativamente, apenas na literatura de transição da Idade Média para o Renascimento começou a aparecer a «temática da quantificação» da capacidade sexual masculina como prova de virilidade, substituindo os feitos heróicos dos cavaleiros) e segundo as suas funções de procriação. Para o burguês clássico, o amor é separado da sexualidade e «torna-se em qualquer coisa tão utópica como a promessa de liberdade para toda a sociedade».

Num capitalismo avançado as medidas de produção do seu modo de produção, a nível da base como da superestrutura, exigem, porém, não já a renúncia mas o incitamento ao consumo. A noção psicanalítica de «carácter anal» (também formulada como *carácter masoquista autoritário),* que no regime capitalista inicial correspondia a um «carácter social» predominante, veio suceder o que REICHE denomina como *carácter de fachada genital.* A sexualidade, ainda submetida ao princípio de rendimento capitalista, aparece «liberalizada», mas satisfazendo condições necessárias para o desenvolvimento capitalista: «nas relações de trabalho permite-se ao corpo exibir os seus caracteres sexuais, sem que por isso deixe de ser um instrumento de trabalho. (...) O sexo integrou-se nas actividades publicitárias e nas relações de trabalho; parece, assim, beneficiar de uma maior satisfação (controlada)».

Na fase do capitalismo inicial, não restava à criança mais do que reprimir os seus impulsos, sem ter adquirido a base necessária à formação de um «ego-prazer». Donde, segundo FREUD, a predominância de um super-ego, que se destaca do ego num estado de grande tensão, e a impossibilidade de atingir o amadurecimento caracterizado pelo primado da genitalidade. Actualmente, a «independência» precoce em relação à família não significa que se tenha realizado aquela maturação mas, antes, que o indivíduo é conservado num estado de *puberdade perpétua* pelas novas instâncias de socialização extra-familiares. Não tendo «treinado» a resistência num meio familiar cuja autoridade paternal enfraqueceu, a criança vai permanecer na dependência das instâncias de socialização extra-familiares, agentes capazes de a manter numa busca incessante de objecto — «oferece-se continuamente uma multiplicidade indistinta de objectos sexuais que, de um modo fetichista, se destinam às pulsões parciais não coordenadas; objectos que é imprescindível possuir e que, sendo embora promessa de completa satisfação e felicidade, mal se adquirem logo forçam a que se desejem outros».

As excessivas exigências genitais da sociedade onde imperam determinadas obrigações de consumo vão conduzir indivíduos, cuja formação sexual foi incompleta, às contradições de um comportamento de *fachada genital* (perpetuação do prazer preliminar e dificuldade do prazer terminal).

Relativamente às diferenças que a prática sexual apresenta no sistema capitalista avançado, o autor fornece várias informações recolhidas, na sua maior parte, em bibliografia anglo-saxónica. É posta em relevo a

relação entre essas práticas e a camada social dos indivíduos que as exercem (ex.: diferenças nas relações sexuais dos jovens estudantes e dos jovens trabalhadores manuais; natureza das relações de cônjuges em diferentes camadas sociais; importância da divisão de sexos também segundo a condição socio-económica).

A educação sexual assume um papel destacado como instrumento de adaptação social e de reprodução das relações sociais. Neste domínio, a análise do autor concentra-se sobre a literatura sexual e seus estimulantes (juventude e «sex-appeal» eternos; carreiras profissionais narcisistas; descarga de agressão sobre grupos sexualmente «livres» — hippies, homossexuais etc.). Tais estímulos constituem um todo aparentemente desordenado mas onde os processos de *dessublimação repressiva* são desencadeados através de meios que se diversificam segundo as camadas sociais e conduzem frequentemente a contradições. Neste sentido, a partir do estudo de alguns magazines alemães de grande tiragem, destinados a um público jovem, o autor procura definir alguns critérios de adaptação socio-sexual. Resumindo muito sumàriamente: «quanto mais baixa é a camada social (...) mais rígidas as normas de adaptação social e sexual; quanto mais elevada a camada social, maior a margem de manobra concedida pela classe dominante às variantes individuais e às liberdades aparentes».

Por outro lado, a nível do *consumo,* aparece um sistema de «nivelamento» que, a par da diferenciação de *condições sociais* existentes, faz com que o contributo da sexualidade para a formação do indivíduo resulte em perturbações na constituição colectiva do ego de todos os membros da sociedade.

A concluir, *Sexualité et lutte de classes* chama a atenção para a necessidade de não considerar isoladamente a prática sexual no todo social, o que poderia conduzir a conceber uma qualquer ineficaz estratégia da sexualidade, destinada a superar a manipulação de que esta tem sido objecto.

RUBIN, Milton D. (organizador) — *Man in Systems* — Gordon and Breach Science Publishers, New York, 1971, 496 pp.

Nesta publicação estão incluidos os textos das comunicações apresentadas pelos participantes da reunião anual da Society for General Systems Research realizada em 1968. Esta sociedade, que provém da Society for the Advancement of General Systems Theory, criada em 1957 por Kenneth BOULDING, L. BERTALANFFY e A. RAPOPORT, tem por objectivo o estudo das condições gerais de elaboração e aplicação da teoria geral dos sistemas, campo científico de recente definição e cujos contornos são ainda pouco claros.

Será evidente que a noção de *sistemas* é normalmente utilizada por qualquer investigador, de uma forma directa ou indirecta, pelo que parecerá ter pouca potência inovadora um ramo científico que se atribua a designação e o objectivo de estabelecer uma teoria dos sistemas. Neste sentido, a familiaridade com o tema que se apresenta poderá ser um motivo de desinteresse em relação aos textos que sobre este título se publicam, tanto mais que o seu carácter algo primitivo os torna relativamente repetitivos de noções há muito detidas pelas comunidades científicas.

Por outro lado, uma primeira análise do conteúdo desses textos conduz ràpidamente o leitor familiarizado com o conceito de estrutura a encontrar uma relação analógica entre este e o conceito de sistema, o que reforça a noção, vaga mas persistente, de *déjà vu.*

Pensamos que qualquer destas posições define uma atitude perigosamente errada em relação a uma das correntes mais potentes da investigação contemporânea, atitude que pode contribuir para um fechamento artificial do espaço teórico que, em última análise, condiciona o processo da evolução científica de domínios separados e incomunicáveis para um corpo mais coeso e onde, sobretudo, seja possível a passagem de um disciplina para outra sem quebra dos circuitos explicativos.

De facto, o objectivo principal da teoria geral dos sistemas pode-se definir na procura de leis gerais aplicáveis a diferentes tipos de sistemas, definidos genèricamente, o